

Gêneros de substâncias na correspondência entre Elisabeth e Descartes

Géneros de sustancias en la correspondencia entre Isabel y Descartes

Substance Kinds in the Correspondence Between Elisabeth and Descartes

Louis de Freitas Richard Blanchet 

louis.blanchet@undf.edu.br

Universidade do Distrito Federal, Brasil



Artículo de reflexión derivado de investigación

Recepción: 2024/03/18 – Aprobación: 2024/09/11

eISSN: 2145-8529

<https://doi.org/10.18273/revfil.v24n1-2025008>

Resumo: o artigo investiga uma das alterações entre as edições francesa e latina das *Meditações de Filosofia Primeira*. Supõe-se que, na Terceira Meditação, o uso dos termos franceses ‘ordre’, ‘degré’ e, especialmente, ‘genre’, no lugar do termo latino isolado ‘ordinis’, foi motivado pela correspondência com Elisabeth da Boémia de 1643 na qual apresenta-se três noções primitivas: da alma, do corpo e da união. Essa expansão do texto tem por objetivo tornar mais evidente que o argumento no qual se inserem esses termos envolve a classificação das ideias de acordo com o gênero de substância a qual pertencem: extensa, pensante ou ambas unidas. A consequência dessa interpretação é associação entre o gênero adequado de substância como a causa ontológica da noção primitiva dessa mesma substância.

Palavras-chave: ordem; gênero; grau; causa.

Sobre el artículo: este estudo foi financiado pela FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI-260003/019536/2022.

Información sobre el autor: brasileiro. Doctor en Filosofía por la Universidad Federal do Rio de Janeiro. Docente de Filosofía en la Universidad do Distrito Federal, Brasil.

Forma de referenciar (APA): Blanchet, L. de F. R. (2025). Gêneros de substâncias na correspondência entre Elisabeth e Descartes. *Revista Filosofia UIS*, 24(1), 163-185. <https://doi.org/10.18273/revfil.v24n1-2025008>

Resumen: el artículo examina una de las modificaciones entre las ediciones francesa y latina de las *Meditaciones acerca de la Filosofía Primera*. Se supone que, en la Tercera Meditación, el uso de los términos franceses ‘ordre’, ‘degré’ y, especialmente, ‘genre’, en lugar del término latino aislado ‘ordinis’, fue motivado por la correspondencia con Isabel da Bohemia de 1643 en la que se presentan tres nociones primitivas: de alma, cuerpo y unión. La expansión de este texto tiene como objetivo hacer más evidente que el argumento en el que se insertan estos términos implica la clasificación de las ideas según el género de sustancia al que pertenecen: extensa, pensante o ambas unidas. La consecuencia de esta interpretación es la asociación entre el género adecuado de sustancia como la causa ontológica de la noción primitiva de esa misma sustancia.

Palabras clave: orden; género; grado; causa.

Abstract: this article investigates one of the modifications between the French and Latin editions of Descartes' *Meditations on First Philosophy*. It is posited that in the Third Meditation, the use of the French terms ‘ordre’, ‘degré’, and especially ‘genre’, instead of the isolated Latin term ‘ordinis’, was influenced by the correspondence with Elisabeth of Bohemia in the year 1643, in which three primitive notions are presented: of the soul, body, and their union. This textual expansion aims to make it more evident that the argument within which the use of these terms pertains to the classification of ideas into the kinds of substance they belong to: thought, extension, or their union. The consequence of this interpretation is the connection between the appropriate genre of substance and the ontological cause of that substance's primitive notion.

Keywords: order; kind; degree; cause.

1. Introdução

A citação central para a discussão do presente artigo é a seguinte: “nem o calor pode ser introduzido em um sujeito que antes não era quente a não ser por uma coisa de ordem, **grau ou gênero** de perfeição ao menos igual à do calor” (AT VII, p. 41, l. 8-11)¹. O foco da análise textual será a alteração entre a edição latina e a francesa. Entre as duas versões, há a inclusão dos termos ‘grau’ e ‘gênero’. O objetivo é investigar se essa adição, especialmente do vocábulo ‘gênero’, gera algum efeito significativo na interpretação sistemática da obra cartesiana.

¹ As referências à obra de Descartes são feitas de acordo com a edição Descartes (1905-1911). *Oeuvres de Descartes*, (C. Adam & P. Tannery, Eds.); indicada por AT, seguida pelo volume em números romanos e pelas páginas e linhas em números arábicos. As traduções para o português das cartas à Elisabeth foram extraídas de Jesus (2017); as traduções para o português das demais obras, salvo se mencionado, foram extraídas de Descartes (1983; 1989; 1998 e 2004).

Os termos adicionados qualificam a palavra 'perfeição', essa qualificação apresenta diferenças entre as duas versões das *Meditações sobre Filosofia Primeira*: na edição em latim (1641), a perfeição era definida apenas por '*ordinis*', o que pode ser entendido como série, classe ou ambos. Na edição em francês (1647), o excerto supracitado é qualificado pelos termos '*ordre*', '*degré*' e '*genre*'- os dois últimos podem ser subentendidos respectivamente como série ou classe. Nesse sentido, a adição dos dois termos novos pode ser interpretada como uma expansão do sentido da palavra 'ordem'.

Nas *Regras para a Direção do Espírito* – provavelmente redigidas a partir de 1628 e publicadas postumamente – a ideia de ordem envolve ambos os sentidos, ainda que de maneira implícita. Ainda que haja razões para interpretar que há dois momentos no pensamento cartesiano e que o projeto de uma matemática universal das *Regras* foi abandonado, como defende Gaukroger (1980), há ao menos duas leituras que identificam algum tipo de unidade na obra cartesiana. Uma delas defende a unidade está presente no projeto de formação de um método, segundo Angarita Cáceres (2023) e, notoriamente, a defesa de que o projeto ontológico realizado nas obras posteriores estava em estado incipiente nas *Regras*, conforme a tese de Marion (1975). Assim, se considerado o projeto ontológico, a presença dos dois novos termos na edição francesa pode ser entendida como a expansão do que estava implícito na palavra '*ordinis*' da edição latina com o mesmo sentido das *Regras* - como discutiremos na primeira parte do presente artigo.

Uma suposição contemplada no artigo é que a expansão do termo 'ordem' é induzida pela correspondência com Elisabeth², nas cartas sobre as noções primitivas trocadas no período compreendido entre 6 de maio e 28 de junho de 1643. Nas respostas à Elisabeth, Descartes usa o termo 'gênero' com a seguinte motivação: expressar o dualismo ontológico. O tema das cartas é a explicação acerca da relação causal entre a vontade da alma e o movimento no corpo. A resposta cartesiana envolve a premissa a partir da qual cada explicação deve operar com noções primitivas adequadas ao problema: questões sobre a natureza física operam com noções primitivas do corpo, questões intelectuais com noções da alma e aquelas das sensações e sentimentos com noções da união. Ele refere-se a essas noções na carta de 28 de junho de 1643 como gêneros de noções primitivas.

Ramos (2020, pp. 15-16) aborda o tema sobre a validade da correspondência no século XVII como literatura filosófica, o qual pode ser pacificamente aceito, uma vez que há quatro volumes de cartas nas '*Oeuvres de Descartes*'. No entanto, o

²A edição da correspondência traduzida para o inglês por Shapiro (Elisabeth & Descartes, 2007, pp. 61-73) e a tradução de Jesus (2017) para o português incluem as cartas de ambos os autores.

assunto que ocupa Ramos é a importância das cartas para a participação de mulheres na discussão filosófica do seicentos. O presente artigo tem como uma das hipóteses que a troca epistolar teve uma função central para o esclarecimento ou reformulação da filosofia cartesiana. Sem a correspondência com Elisabeth não é possível fundamentar pontos essenciais da conclusão que o presente artigo pretende defender, a saber, a importância semelhança de natureza entre a causa e o efeito. A contribuição de Elisabeth, entretanto, é imperceptível sem uma leitura minuciosa e comparativa de diversos textos cartesianos. Em outras palavras, deve-se aplicar uma técnica de leitura estruturalista tradicional para fazer emergir no texto cartesiano algo que poderia estar explícito na sua obra. Esse é um tipo de técnica clássica de produção filosófica que não pode ser aplicado ao conjunto de cartas de Elisabeth, como alerta Ramos (2020, pp. 22-23). Essa dificuldade metodológica nos induz a retornar e se concentrar completamente no texto cartesiano, ainda que a origem da discussão seja o questionamento filosófico proposto por Elisabeth.

O fragmento das *Meditações* examinado insere-se na discussão sobre a ontologia das ideias na *Terceira Meditação* (AT VII, pp. 40-42, l. 6-15), na qual Descartes afirma que tudo que existe tem uma causa ontológica – causa *secundum esse* (AT VII, p. 369, l. 14-25). No que se refere às ideias, há uma diferença entre a causa da existência da ideia enquanto modo³ da substância pensante e seu conteúdo, isto é, sua realidade formal e sua realidade objetiva, respectivamente⁴. Se rastreadas as causas de cada uma das ideias, mesmo a partir da sua realidade objetiva, sempre será alcançada uma realidade formal na sua origem. No que se convencionou compreender como o sistema dualista cartesiano, a ontologia só admitirá duas realidades formais possíveis como origem de quaisquer ideias (exceto a ideia de Deus), a saber, as duas substâncias criadas: a extensão e o pensamento.

Há uma longa discussão acerca da definição do princípio da causa nas *Meditações*, como abordado por Oliveira (2017). Parte da discussão envolve a consideração sobre os critérios que devem ser usados para identificar a causa adequada para a existência de uma ideia, a saber, critérios quantitativos ou qualitativos. Em Schmaltz (2008) e O'Neill (1987), pode-se averiguar que a conclusão tradicional no que concerne esse tema é que a ideia é causada por algo cuja quantidade de realidade é igual ou maior que a quantidade de realidade do efeito. Na contramão dessa conclusão, é possível defender que a causa da existência de uma ideia depende da semelhança de natureza, como defendido em Radner (1985) e Blanchet (2021b). Assim a separação da causa em gêneros exige que uma ideia seja causada por algo do mesmo tipo de natureza ontológica, ou do mesmo

³ A compreensão de que ideias são modos na teoria das ideias de Descartes está desenvolvida em Rocha (2011).

⁴ Para um estudo detalhado sobre os conceitos cartesianos de realidade objetiva, formal e causa formal e eminente ver Landim Filho (1992).

gênero de ser. O ponto específico desse argumento é que a alteração do texto das *Meditações* entre as duas versões enfatiza a importância de investigar o gênero de substância que funciona como origem ontológica da ideia. Aquelas que envolvem a espacialidade ou geometria devem ter origem na substância do gênero da extensão e as ideias intelectuais têm origem na substância do gênero pensante⁵.

Assim, o termo 'gênero' - *genre* -, presente nas *Meditações*, refere-se à classificação da ideia ou da causa com relação a alguma das duas substâncias – extensa ou pensante. O termo 'grau' – *degré* -, por sua vez, pode ser entendido como partícipe de uma série que envolve sequência de complexidade – da ideia mais simples para a mais complexa – ou a sequência causal do ser – da maior quantidade de realidade para a menor quantidade. Portanto, a alteração induzida por Elisabeth confirma uma determinada leitura das *Meditações*, segundo a qual a causa da existência das ideias está ligada à natureza ontológica da ideia, a saber, a existência das ideias de extensão são causadas pela substância extensa e as do pensamento pela substância pensante pura.

A abordagem estruturalista do texto cartesiano irá solucionar outro problema no interior da obra de Descartes: da autoria e das versões para outros idiomas dos textos cartesianos. Esse problema pode ser resolvido por meio da identificação da sistematicidade racional das obras.

Supomos que uma leitura sistemática como proposta por esse artigo revela que há uma lógica arquitetônica na obra completa que se reproduz nos textos analisados. Segundo Guérout (2007), a leitura interna de uma monografia filosófica deve fazer emergir conceitos centrais para a estrutura daquele texto; esses conceitos são confirmados como típicos do autor na medida em que estão simetricamente repetidos em outras obras, ou seja, fazem parte da arquitetura do sistema filosófico. Nesse sentido, o conceito de gênero de substância, entendido como gêneros de ser, opera como um conceito central para a interpretação das *Meditações* e a sua estrutura lógica é reproduzida em outros textos – como será defendido ao longo do artigo.

A homogeneidade do uso do termo, como será argumentado, está presente nos textos das *Meditações*. Ela se reproduz em outras obras cartesianas sob o vocabulário analisado especificamente nesse artigo, a saber, 'gênero'. Embora seja possível expandi-lo e encontrar o conceito de natureza substancial sob outra terminologia, distinção real ou atributo principal, o propósito do presente artigo

⁵ Ainda que Descartes defenda na *Terceira Meditação* que as ideias da geometria possam ser criadas pelo pensamento puro, ele concluirá, após a prova da distinção entre a alma e o corpo na *Sexta Meditação* que essas ideias dependem do corpo; esse argumento está detalhadamente desenvolvido em Blanchet (2021a).

concentra-se em identificar o uso do termo ‘gênero’ como forma de rastrear o tipo de substância – ou grupo de substâncias – que estão no início de uma série causal do ser. Nesse sentido, parte da estratégia do artigo é fazer emergir esse conceito a partir de diversas obras com uma função semântica simétrica.

A inclusão da expressão ‘gênero’, com o mesmo sentido e propósito, por exemplo, ocorre nas *Terceiras Respostas* da edição em francês. Hobbes induz Descartes a mobilizar esse termo para estabelecer a diferença entre substância pensante e extensa. Nas *Quartas Respostas*, a Arnauld, Descartes enfrenta o problema do uso escolástico do par ‘gênero e espécie’ que os relaciona respectivamente à substância pensante e extensa, sem ainda reformular o termo ‘gênero’ no mesmo sentido da correspondência.

Além das *Meditações*, o termo ‘genera’ está nos *Princípios de Filosofia*, cujas publicações foram feitas após a troca de cartas entre os filósofos - 1644 em francês e 1647 em latim. O artigo 48 da *Primeira Parte* inclui a expressão ‘*summa genera*’ para indicar que a diferença entre extensão e pensamento é uma forma de classificação a qual todas as demais coisas existentes devem estar subsumidas.

Nas *Paixões da Alma* – publicadas em 1648 – na qual a ontologia está sendo mobilizada para explicar a ética, pode-se argumentar que há um uso simétrico do conceito em uma estrutura arquitetônica, por não se tratar propriamente da ontologia cartesiana. Nessa obra há o uso do par gênero-espécie como forma de classificação hierárquica dos sentimentos.

Portanto, supõe-se no presente artigo que a inclusão do conceito de gênero de ser nas *Meditações*, *Respostas*, *Princípios* e nas *Paixões* foi motivada pela troca epistolar com Elisabeth e que reside nesses textos e nas *Regras* com a mesma função: classificar ideias partindo da ontologia como critério.

2. O texto em latim: *ordinis*

Em 10 novembro de 1641, Descartes publicou a primeira edição das *Meditações* acompanhada por seis *Objeções e Respostas*. O texto principal dessa primeira edição estava redigido em latim; o trecho analisado apresenta a palavra ‘*ordinis*’ – ordem - como qualificação da ‘perfeição do calor’. No fragmento em questão, a causa da existência do calor é investigada, como forma de gerar uma teoria geral da causalidade da existência de quaisquer coisas, inclusive das ideias. O texto original é o seguinte “*nec potest calor in subjectum quod prius non calebat*

*induci, nisi a re quæ sit ordinis faltem æque perfecti atque est calor, & sic de cæteris*⁶
(AT VII, p. 41, l. 8-11, grifo nosso).

Apesar de não estar no principal trecho investigado, a palavra em questão – *genera* – ocorre associada à ‘*ordo*’ algumas linhas acima na *Terceira Meditação* na seguinte sentença: “*Nunc autem ordo videtur exigere, ut prius omnes meas cogitationes in certa genera distribuam, & in quibusnam ex illis veritas aut falsitas proprie consistat, inquirem*”⁷ (AT VII, pp. 36-37, l. 31-3, grifo nosso). No trecho supracitado, Descartes anuncia que irá classificar as ideias de modo a diferenciar aquelas que são inclinadas à falsidade daquelas que são verdadeiras. Nesse trecho, antecipa-se a noção segundo a qual a ordem é um tipo de classificação de gêneros ou naturezas de substâncias.

Na primeira leitura ingênua da *Terceira Meditação*, a separação das ideias em gêneros nos quais encontra-se a falsidade, alcança a classificação delas em inatas, adventícias e factícias. Todas as ideias, consideradas nelas mesmas, são verdadeiras, a falsidade origina-se do juízo, especialmente acerca da existência de coisas externas às quais essas ideias referem-se. Em uma segunda leitura, a partir do sistema ontológico constituído, pode-se entender que as ideias verdadeiras são indubitáveis apenas na medida em que sua origem ontológica é explicável pela substância pensante - as ideias inatas ao pensamento são as consideradas mais certas que as adventícias, que dependem do mundo externo.

Elas são consideradas verdadeiras porque a ordem dedutiva que busca a causa da existência da ideia encontra no início a noção primitiva de alma a qual é causada pela realidade formal da substância pensante, a única que se tem certeza de que existe na *Terceira Meditação*. Portanto, as ideias menos dubitáveis são as do gênero da substância pensante, dessa maneira, é indispensável determinar o gênero ou natureza da causa e não apenas a quantidade de realidade. Ainda assim, a quantidade realidade tem alguma importância na determinação da quantidade de realidade envolvida na causa da existência da ideia.

Propomos uma leitura das *Regras* segundo a qual o desenvolvimento da noção de ‘ordem’ pode ser utilizado como chave de leitura para as alterações feitas entre as duas versões das *Meditações*. ‘Ordem’ é um termo que pode ter dois campos de sentidos gerais: o primeiro envolve algum tipo de sequência, sucessão ou série; o segundo encontra-se no campo semântico de classe, tipo ou camada. Essa palavra,

⁶ “e nem o calor pode ser introduzido em um sujeito que antes não era quente, a não ser por uma coisa de uma ordem [...] de perfeição ao menos igual à do calor, e assim por diante” (Descartes, 2004, p. 83, l. 8-11).

⁷ “Agora, no entanto, a ordem parece exigir [...] que eu comece por primeiramente distribuir meus pensamentos em certos gêneros, investigando em quais deles reside propriamente a verdade e a falsidade” (Descartes, 2004, pp. 73-74).

como usada nas *Regras*, envolve os dois sentidos. O raciocínio colocado em ordem envolve a sucessão de ideias por meio das conexões racionais entre elas. As conexões implicam alguma semelhança entre uma ideia conectada e outra. Assim, um raciocínio posto em ordem é uma série de ideias que possuem alguma semelhança que permite as introduzir em uma mesma classe. Portanto, 'ordem', nas *Regras*, tem implicitamente as noções de série e de semelhança, as quais estão no mesmo campo semântico de grau e gênero, respectivamente.

Há uma antecipação da noção de que a causa da existência de uma ideia deve obedecer ao critério da semelhança entre a causa e o efeito e não apenas à quantidade; ainda que, nas *Regras*, não haja um sistema de ontologia bem construído, a ordem de deduções respeita a necessidade de operar comparações entre ideias com alguma semelhança.

Essa leitura proposta pode ser confirmada na *Regra VI*. Descartes introduz a noção de ordem estabelecendo que uma ideia é conhecida a partir da comparação com outra de maneira mediada por algum tipo de semelhança de natureza entre elas. Assim, as ideias de uma dedução estão em uma série composta por semelhança, com efeito, são ideias do mesmo gênero em diversos graus de sucessão:

[...] todas as coisas — sob o aspecto da sua utilidade possível para o nosso propósito, isto é, quando não consideramos a sua natureza isoladamente, mas as comparamos entre si para as conhecer umas a partir das outras — se podem dizer ou absolutas ou relativas. (ATX, p. 381, l. 17-21)

Contudo, o que gera um imbróglcio provisório para o presente artigo é a rejeição da noção escolástica de gênero de ser que antecede o fragmento supracitado. A expressão aristotélica 'gênero de ser' é explicitamente rejeitada, contudo pode-se restringir essa rejeição ao uso das categorias elencadas por Aristóteles. O argumento cartesiano nessa passagem não é que não há nada semelhante às categorias ou ao gênero de ser, elas se mantêm em seu sistema ao menos no sentido restrito de classificação. O argumento cartesiano, portanto, é que as coisas devem ser classificadas de outra maneira. Para Descartes não interessa, e nem é possível, fazer uma lista de categorias, como propõe Aristóteles. O texto das *Regras*, ao discutir o relativo e o absoluto, ensina a regra de geração de categorias, pois parte da premissa segundo a qual cada problema terá no início da ordem dedutiva uma categoria específica para o problema. No sistema ontológico constituído, por exemplo, a ordem dedutiva que investiga a causa da existência das coisas terá como categorias os dois gêneros de ser: extensão e pensamento.

No trecho em que Descartes rejeita os termos aristotélicos, ele apresenta essa alternativa às categorias, a saber, são ideias conhecidas umas a partir das outras em uma série dedutiva.

Ensina-nos, com efeito, que todas as coisas se podem dispor em certas séries, não evidentemente enquanto se referem a algum gênero de ser, tais como as que dividiram os Filósofos nas suas categorias, mas enquanto umas se podem conhecer a partir das outras de sorte que, cada vez que uma dificuldade apresente-se, poderemos remarcar percorrer outras anteriormente e quais e em qual ordem. (AT X, p. 381, l. 9-16)

Marion (1975, pp. 107-128;), oferece uma explicação alternativa para o distanciamento face à abordagem aristotélica feita por Descartes. Para o comentador, o que está em jogo é o estabelecimento de um tipo de termo comum que orienta o estabelecimento da ordem das ideias em um raciocínio, o qual seria o próprio sujeito. É como se o aspecto comum – ou o gênero supremo de ser - das ideias comparadas fosse a racionalidade da substância pensante. O mesmo argumento é reproduzido nos comentários à tradução das *Regras* (Descartes, 1977, p. 171)

Essa solução epistemológica é problemática porque Descartes desenvolve principalmente a partir da *Regra XIV* o conceito de ideia comum (AT X, p. 439, l. 15-18), o qual revela que a semelhança entre as ideias em uma série racional é originada na relação entre as próprias ideias, e não da relação das ideias com o sujeito. Ademais, estabelece uma semelhança dessas ideias com o objeto investigado, afastando ainda mais do sujeito racional.

Esta ideia comum não se transfere de um sujeito para outro a não ser por uma simples comparação: afirmamos que o que se procura é, segundo este ou aquele aspecto, parecido, idêntico ou igual a um objeto dado, de tal forma que, em todo o raciocínio, é apenas por uma comparação que conhecemos a verdade de uma maneira precisa. (AT X, p. 439, l. 15-18)

São os tipos de ideias que são comuns entre si e não o sujeito que as opera racionalmente. Nesse sentido, a rejeição dos gêneros de ser do Filósofo não implica a antecipação da revolução copernicana proposta por Kant (2001); o movimento proposto por Descartes opera na substituição dos gêneros de ser aristotélicos por dois apenas: o pensamento e a extensão – os quais, nessa obra, ainda não são tratados como substâncias.

Na mesma *Regra XIV*, ao analisar problemas da extensão, Descartes reutiliza a expressão ‘gêneros de ser’, agora com o sentido reformulado. No interior da ordem dedutiva de um problema específico, as ideias deduzidas umas das outras são semelhantes, isto é, pertencem ao mesmo gênero de ser:

Para nos servirmos da ajuda da imaginação, é preciso notar que, ao deduzir algo de determinado e desconhecido de outro já conhecido anteriormente, nem por isso se depara sempre com um novo gênero de ser. Há apenas um alargamento de todo o nosso conhecimento que nos faz compreender que, de uma ou de outra maneira, a coisa procurada participa da natureza daquelas que nos são dadas na proposição. (AT X, p. 438, l. 12-17, grifo nosso)

Se ‘ordem’ estiver sendo usado nesse sentido das *Regras*, que reúne semelhança (gênero) e sucessão (grau), então pode-se entender que o raciocínio investigativo que revelará a causa da existência do calor em um sujeito de propriedades deverá compor uma série de ideias conexas na qual há alguma semelhança entre a causa e o efeito. Pode-se entender, portanto, que está implícita a presença de um conceito de qualitativo no interior da noção de ordem. Há, também, uma noção sequencial, cuja regra nas *Meditações* é do maior ao menor, ou daquilo que têm mais quantidade de realidade àquilo que tem menor quantidade, da causa ao efeito da existência do calor.

Portanto, pode-se entender uma determinada leitura das *Meditações* a partir das *Regras*, o texto em análise contém implicitamente as noções de quantidade e qualidade - ou grau e gênero - subentendidas no termo latino ‘*ordinis*’. No interior do raciocínio sobre a determinação da causa da existência de algo, a busca por algo de ordem tão ou mais perfeita envolveria a investigação sobre a adequação da quantidade (grau) de realidade e de gêneros de substância.

3. O texto em francês: *ordre, degré e genre*

Na primeira carta em que Descartes responde à Elisabeth, de 21 de maio de 1643, é apresentada a definição das noções primitivas como “originais, sob o padrão das quais formamos todos os outros conhecimentos” (AT III, p. 665, l. 7-8). Os termos ‘originais’ e o termo ‘padrão’ estão no mesmo campo semântico que a palavra ‘arquetipo’, dessa maneira há um indício de que podem se referir a mesma coisa.

Finalmente, em 1647, seis anos após a primeira edição e quatro anos após a correspondência com Elisabeth, Descartes publicou a versão das *Meditações* em francês. O texto nessa versão, como já mencionado, apresenta os termos ‘grau’ e ‘gênero’, os quais qualificam a noção de ‘ordem de perfeição’. Relembrando que o raciocínio da *Terceira Meditação* envolvido na discussão sobre a causa de calor se aplica a todas as coisas, inclusive às ideias e que parte fundamental do raciocínio envolve a revelação de qual é a causa da existência de uma ideia, deve-se investigar qual a origem inicial de uma ideia, ou seja, qual a sua primeira causa. Embora a existência de uma ideia possa ser causada por outra ideia, essa série causal não pode ser infinita. Haverá, segundo Descartes, sempre uma primeira ideia, originada de uma realidade formal (uma substância) a partir da qual as demais ideias seriam criadas.

Pois, da mesma maneira que esse modo de ser objetivo pertence as ideias pela natureza delas, assim também o modo de ser formal pertence por sua natureza as causas das ideias, ao menos as primeiras e principais. E, apesar de que talvez uma ideia possa acaso nascer de outra, não pode haver aqui, no entanto, *progressus in infinitum* e deve-se chegar por fim a uma primeira ideia, cuja causa seja um como que arquétipo, no qual esteja contida formal e **efetivamente** toda a realidade **ou perfeição** que na ideia está contida apenas objetivamente **ou por representação**. (AT VII, p. 42, l. 6-15, grifo nosso)

Se padrão e arquétipo se referem a mesma coisa, podemos entender as ‘noções primitivas’ das cartas a Elisabeth como uma expansão do conceito de ‘primeira ideia’ das *Meditações*. Segundo o raciocínio das *Meditações*, a existência da primeira ideia é causada por uma realidade formal que atua como arquétipo de outras ideias, segundo a expressão usada nas *Meditações* (AT VII, p. 42. l. 3-10). Conectando por meio da semelhança entre os conceitos de arquétipo e de padrão, a Carta e as *Meditações*, pode-se tratar as noções primitivas como exemplos de primeiras ideias.

Dessa maneira, a ‘ordem’, que é o critério para investigar a causa do calor, deve ser usada como critério para a investigação da causa da existência de quaisquer ideias, a saber, a ordem deve identificar a primeira ideia arquetípica ou noção primitiva padrão a partir da qual a ideia em questão origina-se. Uma ideia geométrica, por exemplo, deve originar-se da noção primitiva de corpo.

Na segunda comunicação de Descartes a Elisabeth, a carta de 28 de junho de 1643, a discussão sobre a ideia primeira é introduzida com a seguinte expressão no texto original em francês: *genres d'idées*.

Dont les principales me semblent être, qu'après avoir distingué trois genres d'idées ou de notions primitives qui se connoissent chacune d'une façon particulière & non par la comparaison de l'une à l'autre, à savoir la notion que nous avons de l'ame, celle du corps, & celle de l'union qui est entre l'ame & le corps⁸. (AT III, p. 691, l. 4, grifo nosso)

Cada uma das noções primitivas presentes na carta representa gêneros diferentes de ideias. Esses gêneros são a alma, o corpo e a união. Dessa forma, por gêneros, podemos entender tipos de substâncias e as noções primitivas são entendidas como noções relacionadas a essas substâncias: extensa, pensante e ambas misturadas.

A discussão entre os dois filósofos envolve precisamente a confusão no uso de uma ideia de um determinado gênero para explicar um problema de outro gênero, a saber, o uso de ideias exclusivamente intelectuais ou materiais para explicar um problema da união. Na correspondência está em operação a investigação acerca de qual gênero de ideia é adequado para explicar a causa do movimento voluntário do corpo. A explicação de Descartes é que o problema não pode ser resolvido racionalmente, pelo pensamento puro, ou imaginativamente, considerando apenas qualidades extensionais como o movimento. Ainda que Elisabeth proponha que seja mais fácil considerar o pensamento como algo material do que a matéria como algo intelectual, Descartes insiste na separação entre as explicações cuja ordem se inicia ora em ideias do gênero extenso, ora do gênero pensante. A solução proposta por Descartes é que o gênero da explicação para o movimento voluntário é das ideias da união entre alma e corpo, a saber, ideias sensoriais como a dor, as cores etc. Acompanhando a conclusão de Coelho (2020), podemos dizer que Descartes pretende que o gênero de ideia que explique a causa do movimento voluntário do corpo seja precisamente a sensação de que o corpo se move de acordo com a vontade do sujeito.

⁸ “[...] depois de haver distinguido três gêneros de ideias ou de noções primitivas que conhecemos cada qual de uma maneira particular e não pela comparação de uma com a outra, a saber, a noção que temos da alma, a do corpo e da união que há entre a alma e o corpo [...]” No francês original, o termo ‘gênero’ no trecho traduzido tem origem em ‘genre’ e nas demais ocorrências da lista de noções, na mesma carta, é utilizada a palavra francesa ‘sortes’. Na tradução aqui apresentada (Descartes, 1983), ‘genre’ é traduzido com o termo ‘gênero’ sendo substituído por ‘espécie’ em trechos posteriores; o que é problemático se o leitor estiver observando essa terminologia Escolástica. Na tradução de Shapiro (Elisabeth & Descartes, 2007), todas as ocorrências na correspondência são versadas para a palavra da língua inglesa ‘sort’; essa escolha é justificada pela presença da palavra francesa ‘sorte’, contudo, inadvertidamente oculta o uso de ‘genre’ na primeira ocorrência do original e não revela a repetição do termo nas versões em inglês das “Meditações”. Cottingham (Descartes, 1985), por sua vez, traduz toda a carta e o excerto da *Terceira Meditação* valendo-se do inglês ‘kind’; essa alternativa aproxima-se ao propósito do presente artigo ao preservar o mesmo termo – *kind* – em todas as ocorrências na carta e nas *Meditações*. A tradução das cartas para o português, de Jesus (2017), preserva os termos na forma mais literal – ‘gêneros’ para ‘genres’ e ‘sortes’ para ‘sorts’.

Um problema incontornável, contudo, solucionável, é a justificativa filológica para as diversas alterações no texto, especialmente no excerto examinado pelo presente artigo. Na segunda parte da apresentação da edição crítica das *Meditações*, Jean-Marie e Michelle Beyssade (Descartes, 1992) argumentam que, embora a obra tenha sido traduzida pelo duque de Luynes e apenas revisada por Descartes, o resultado é julgado superior à edição latina por muitos de seus estudiosos, especialmente os francófonos. Por outro lado, Cottingham (Descartes, 1985, p. 2) considera que não há provas de que Descartes revisou, tampouco que há razões para defender que a edição francesa seja superior à latina. Ainda que a discussão sobre a autoria seja um tema incontornável, ela não precisa ser resolvida filologicamente. A situação do sentido e do termo na obra cartesiana pode ser analisada sob o viés lógico do sistema filosófico, uma vez que o termo ‘gênero’ ocorre em diversas obras cartesianas com o mesmo sentido.

Segundo Guérout (2007), um sistema filosófico se constitui por uma estrutura na qual há a correlação de um conceito fundamental. Em geral, essa correlação pode ser da região lógica (forma, conteúdo), epistemológica (sujeito, objeto) ou ontológica (substância, acidente); normalmente há uma primazia de uma dessas três sobre a outra. No sistema cartesiano, especificamente, Guérout propõe como correlação conceitual a ordem das razões e as naturezas simples; que podemos inferir ser uma abordagem de primazia epistemológica. Na nossa leitura, a primazia no sistema cartesiano é ontológica, assim, a correlação epistemológica (sujeito – objeto) é tratada como uma situação da correlação substância-causa. Todo o sistema cartesiano, segundo a estratégia de interpretação de Guérout, deve ser entendido com esse par conceitual operando de maneira a ordenar todos os argumentos. De certa maneira, todos os argumentos presentes na obra central de Descartes deveriam ser rastreáveis em sua relação de origem a partir de alguma das substâncias do sistema dualista. Essa possibilidade de rastrear todo o sistema a um conceito é o que Guérout chama de homogeneidade do sistema. Nesse sentido, substituiremos a ordem das razões por uma ordem causal *secundum* esse da existência (AT VII, p. 369, l. 14-25) e as naturezas simples pela substância.

No mesmo opúsculo, Guérout define a noção de arquetônica, segundo a qual um sistema bem definido na parte central a obra do autor se reproduz na totalidade do trabalho. Nesses casos, conceitos que foram formulados para tratar assuntos centrais seriam reproduzidos em outros temas; julgamos que esse é o caso em que conceitos centrais da metafísica são aplicados em outras áreas, como a medicina, moral etc. Assim, “a arquetônica (extrapolação, determinação por simetria, etc.), longe de ser um meio de exposição, aparece como um procedimento probatório e genético graças ao qual o filósofo engendra e constrói seu sistema” (Guérout, 2007, p. 246). Para os fins do presente artigo, a revelação de um conceito

homogêneo no tema central da obra cartesiana, sua ontologia, e a aplicação simétrica desse conceito em outras áreas na totalidade da obra deve mostrar que o conceito proposto faz parte do sistema de pensamento do filósofo. Por essa razão defende-se que o funcionamento sistemático coerente se sobrepõe a discussão empírica sobre a autoria das obras em discussão.

Sob essa abordagem sistemática da obra cartesiana, justifica-se que essas alterações de uma obra a outra são explicações feitas por Descartes de trechos que estavam insuficientes na versão latina ou que não expressavam adequadamente todo o sentido do original.

Por essas razões, pode-se afirmar que o termo latino *'ordinis'* é um caso no qual Descartes julgou que seria melhor expandir o sentido, ou seja, a adição do termo *'gênero'* constitui parte da lógica do sistema cartesiano. *'Ordinis'* é traduzido para o francês de maneira literal pela palavra francesa *'ordre'*, entretanto ele é repartido em dois sentidos que podem reenviar o leitor aos sentidos discutidos sobre a noção de ordem nas Regras: *'degré'* e *'genre'*.

[...] et la chaleur ne peut être produite dans un sujet qui en était auparavant privé, si ce n'est par une chose qui soit d'un ordre, d'un degré ou d'un genre au moins aussi parfait que la chaleur, et ainsi des autres⁹. (AT IX, p. 32, l. 28-30, grifo nosso)

Descartes está apresentando aqui dois tipos de requisitos para justificar a causalidade da existência de uma ideia no pensamento, o grau de realidade e o gênero de realidade. O texto apresenta-se com o 'ou' disjuntivo, pois no contexto da prova da existência de Deus a partir da existência da ideia de Deus, o argumento resume-se ao grau ou quantidade: a realidade objetiva da ideia de infinito só pode ter origem em algo cuja realidade formal seja de grau infinito. Portanto, nesse caso, a investigação sobre a quantidade de realidade é suficiente para a descoberta da causa da existência da ideia. O gênero, ou aspecto de semelhança qualitativa entre causa e efeito, não é relevante para o caso em que Deus é a causa uma vez que se deve entendê-lo, no sistema cartesiano, como infinito e perfeito em todas as dimensões, seja ela quantitativa ou qualitativa. Assim, Deus, além de quantidade de realidade infinita, deve ser qualitativamente composto por todos os gêneros de substâncias (AT V, p. 156, l. 21-28), ou deve ser de uma natureza, ainda que incompreensível, a qual seja semelhante a qualquer efeito da criação.

⁹ "[...] e nem o calor pode ser introduzido em um sujeito que antes não era quente, a não ser por uma coisa de uma ordem, grau ou gênero de perfeição ao menos igual à do calor, e assim por diante" (Descartes, 2004, p. 83, l. 8-11).

Contudo, em outros casos, os dois critérios, gênero e grau, são indispensáveis. Esse raciocínio aplica-se ao exemplo do calor, o qual deve ser causado por algo que seja do mesmo tipo e com a mesma quantidade de realidade. Analogamente, a ideia também deve ser causada por algo que tenha o mesmo tipo e quantidade de realidade.

No fragmento que o antecede, em que Descartes antecipou a relação entre 'ordinis' e 'genera', há uma inclusão que torna a edição francesa ainda mais próxima da discussão com Elisabeth. A justificativa é que não são apenas gêneros – ou gêneros de ser - que são mencionados, mas também suas noções - ou noções primitivas; ambos inseridos em uma ordem dedutiva que busca ideias primeiras a partir das quais as demais serão deduzidas. Assim, a classificação das ideias em gêneros não interrompe a investigação da ordem dedutiva a partir da qual serão descobertas as noções primeiras que originam outras noções do mesmo gênero. A adição em francês que não estava na edição latina está sublinhada no excerto abaixo:

Et afin que je puisse avoir occasion d'examiner cela sans interrompre l'ordre de méditer que je me suis proposé, qui est de passer par degrés des notions que je trouverai les premières en mon esprit à celles que j'y pourrai trouver par après, il faut ici que je divise toutes pensées en certains genres, et que je considère dans lesquels de ces genres il y a proprement de la vérité ou de l'erreur¹⁰. (AT IX, p. 29, l. 2-9, grifo nosso)

No raciocínio desenvolvido na *Terceira Meditação*, a substância pensante é causa suficiente para explicar a existência das ideias (exceto a de Deus) porque a substância extensa e, por consequência, a união estavam sob a égide da dúvida. Portanto, as ideias cuja classificação cai sob os gêneros da extensão ou da união estão eivadas de falsidade. No entanto, não há dúvida que certas ideias são desses gêneros, as sensações são do gênero da união e as ideias da geometria da extensão. A dúvida sobre a existência do mundo externo introduz a possibilidade de erro em juízos cuja ordem contenha ideias desses gêneros, mas não há dúvida que elas pertencem a eles. Nesse sentido, ainda que o excerto tenha como objetivo separar as ideias falsas das verdadeiras, ele o faz criando uma classificação que é nela mesma verdadeira.

Portanto, Elisabeth induz Descartes a valer-se da palavra 'gênero' para expressar a diferença que há entre determinadas ideias ou explicações no que se refere à dimensão ontológica do conteúdo considerado. A adição dessa palavra em

¹⁰ “[...] e a fim de que possa ter ocasião de examinar isso, sem interromper a ordem de meditar que me propus e que consiste em passar gradualmente das noções que encontrar primeiro em minha mente as que possa encontrar depois - que eu comece por primeiramente distribuir meus pensamentos em certos gêneros, investigando em quais deles reside propriamente a verdade e a falsidade” (Descartes, 2004, p. 73-74).

outras obras, nas situações examinadas pelo presente artigo, envolve precisamente a necessidade de reiterar que a distinção entre as substâncias em gêneros de ser é o ponto central do argumento cartesiano.

4. A noção de gênero de substância em outras obras

A discussão sobre os gêneros de substância não se limita às *Meditações*. O mesmo termo irá ocorrer nos *Princípios*; além disso, há ao menos duas ocorrências relevantes nas *Objecções e Respostas*, por último nas *Paixões* o termo é utilizado com uma função classificatória, o que confirma a centralidade da classificação de ideias e coisas em gêneros de ser.

A função do vocábulo ‘gênero’ confirma-se nos *Princípios*, especialmente na primeira edição que foi publicada em língua latina no ano de 1644, três anos depois da primeira edição das *Meditações* e um ano depois do início da correspondência com Elisabeth. Isso justifica a interpretação segundo a qual a inclusão do termo ‘genera’ também foi motivada pela discussão com a filósofa. Nesse caso, o uso da variação linguística do termo ‘gênero’ explicita a sua função: separar as ideias que se referem a cada uma das substâncias.

Assim, nos *Princípios*, a palavra latina ‘genera’ está sendo usada com o mesmo sentido do francês ‘genre’ da correspondência e das *Meditações*. No artigo 48 da *Primeira Parte* a palavra latina no plural ‘genera’ está presente com a função discutida:

Non autem plura quam duo summa genera rerum agnosco; unum est rerum intellectualium, sive cogitativarum, hoc est, ad mentem sive ad substantiam cogitantem pertinentium; aliud rerum materialium, sive quae pertinent ad substantiam extensam, hoc est, ad corpus¹¹. (AT VIII, p. 23, l. 3-8, grifo nosso)

Ainda que o termo gênero seja utilizado diversas vezes como uma expressão universal de classificação de coisas ao longo da obra cartesiana, esse trecho dos *Princípios* confirma um dos pontos centrais que defendemos: as substâncias são os dois gêneros supremos de coisas – *summa genera* – os quais podem estar no início de uma série racional na investigação sobre a causalidade da existência de algo. Quaisquer outras classificações estão subentendidas nesse escopo maior que se divide apenas em pensamento e extensão. Pode-se entender, portanto, que ‘*summa*

¹¹ “Não reconheço, porém, mais do que dois gêneros supremos de coisas. Um é o das coisas intelectuais, ou cognitivas, isto é, pertinentes à mente ou à substância pensante. O outro é o das coisas materiais, ou que pertencem à substância extensa, isto é, ao corpo” (Descartes, 1997, p. 93, grifo nosso).

genera', dos *Princípios*, tem a mesma função que '*genres d'idées*' das noções primitivas na segunda carta a Elisabeth. A função que cumprem é de classificação superior de todas as coisas ou ideias e de origem ontológica das ideias: ou são do gênero extensão, pensamento.

Deve-se notar que, embora na correspondência a união fosse elencada como um gênero de noção primitiva, nos *Princípios* ela não é listada como um gênero supremo de ser. A razão dessa diferença é que a união não é uma terceira substância, dessa maneira não é um gênero de ser. A noção primitiva de união reside no início da ordem dedutiva de explicações acerca das sensações, no entanto, se a ordem dedutiva estiver investigando a origem ontológica da existência de uma ideia sensível, a realidade formal que causa a existência da realidade objetiva dessa ideia não poderá ser a substância da união, a qual não existe. A realidade formal que causa a realidade objetiva da ideia da união é dupla, a saber, são as duas substâncias atuando em conjunto e de maneira confusa.

A edição dos *Princípios* traduzida para o francês e publicada em 1647 é significativamente diferente. Nela não se inclui o termo '*genre*'. No entanto, a tradução foi feita pelo amigo de Descartes, o abade Picot, e posteriormente revisada pelo filósofo. Embora haja razões para defender que alguns trechos foram incluídos e revisados por Descartes, a maior parte do texto foi redigido por Picot priorizando a legibilidade e fluidez do texto em língua francesa. Na edição das *Oeuvres de Descartes* volume XI nas páginas VII à XVIII do *Avertissement*, Charles Adam desenvolve uma análise filológica da obra traduzida. Esse texto fundamenta o peso da autoria da tradução por Picot sobre a revisão Descartes, o que justificaria que a omissão do termo '*genre*' não representa a intenção de Descartes.

Nas *Quartas Respostas*, a Arnauld, o texto é indiferente em francês ou em latim. No entanto, há uma antecipação do problema do uso escolástico do termo '*gênero*'. A confusão se origina ao tentar entender o espírito como gênero e a extensão como uma de suas espécies. Nesse caso, a diferença substancial, fundamental para o sistema cartesiano seria diluída.

Et ce que Monsieur Arnauld a ajouté ne le peut dire en façon quelconque, à savoir, que peut-être le corps est à l'esprit comme le genre est à l'espèce: car, encore que le genre puisse être conçu sans cette particulière différence spécifique, ou sans celle-là, l'espèce

toutefois ne peut en aucune façon être conçue sans le genre¹². (AT IX, p. 173, l. 34-38, grifo nosso)

Ainda que o problema se anuncie na interação com Arnauld, Descartes ainda não foi capaz de reformular a terminologia escolástica para adequá-la ao seu sistema filosófico. No parágrafo seguinte, ainda nas *Quartas Respostas*, Descartes desenvolve a noção de diferença entre extensão e pensamento, sem ainda deslocar essa distinção para a terminologia medieval; faltou-lhe a perspicácia de determinar que cada substância é em si seu próprio gênero de ser.

Na edição latina de 1641, no terceiro bloco de objeções, Hobbes defende a tese segundo a qual a mente é explicável pela matéria, mais especificamente, pelo movimento da matéria. Descartes insiste que há uma diferença entre imaginar, que se aplica à substância extensa, e conceber pelo entendimento puro, que se aplica à substância pensante. Hobbes estaria cometendo erros categoriais, usando ideia do gênero da substância extensa para explicar o pensamento e usando a faculdade inadequada – a imaginação – para compreender a alma.

Na mesma edição em latim, a resposta de Descartes a Hobbes limita-se a ironizar a tentativa de explicar a mente por meio do movimento: “*Ac certe eodem jure quo concludit mentem esse motum, posset etiam concludere terram esse cœlum, vel quidquid aliud ipsi placuerit*”¹³ (AT VII, p. 179, l. 8-10).

A edição francesa das *Objeções e Respostas*, publicadas em 1647, apresenta uma versão para o francês do excerto supracitado, mas é seguido por uma explicação mais detalhada. A palavra ‘gênero’ é apresentada no sentido proposto pelo presente artigo, a saber, enfatiza a diferença completa entre os gêneros de substância pensante e extensa: “[...] *pource qu’il n’y a point d’autres choses au monde, entre lesquelles il n’y ait autant de convenance qu’il y en a entre le mouvement et l’esprit, qui sont deux genres entièrement différentes*”¹⁴ (AT IX, p. 139, l. 27-29, grifo nosso).

Portanto, Descartes foi induzido a formular um contra-argumento que enfatiza a noção de diferença entre alma e corpo. No excerto das *Terceiras Respostas*, Descartes utiliza-se do termo escolástico ‘gênero’, como em diversas outras obras, conforme Gilson (1964, pp. 132-134). Esse uso é um recurso retórico

¹² “E o que o Senhor Arnauld acrescentou não pode ser dito de maneira nenhuma, a saber, que poderia ser que o corpo estivesse no espírito, como a espécie está gênero: pois, ainda que o gênero possa ser concebido sem esta diferença particular específica, ou sem aquela, a espécie, por sua vez, não pode ser concebida sem o gênero” (tradução própria).

¹³ “[...] e certamente, se conclui pelo mesmo direito que a mente é movimento, poderá também concluir que a terra é o céu ou qualquer outra coisa que o agradar” (tradução própria).

¹⁴ “[...] pois não há outras coisas no mundo entre as quais não haja tão pouca semelhança do que entre o movimento e o espírito, os quais são dois gêneros inteiramente diferentes” (tradução própria).

– essa era uma estratégia comum de Descartes, a saber, utilizar um termo com o qual seu interlocutor estaria familiarizado e conduzi-lo a compreender o termo de outra maneira. Descartes apropria-se do termo ‘gênero’, o qual tinha a função de classificar certos tipos de coisas, para estabelecer a diferença entre dois gêneros supremos de seres criados: a substância pensante e extensa.

O mesmo tipo de vocabulário reproduz-se nas *Paixões*, e dele pode-se inferir a mesma estrutura arquitetônica cuja função é explicar a ontologia das ideias. Ele descreve, entre os artigos 27 e 29 da *Primeira Parte*, três tipos de sentimentos, os sentidos externos causados parcialmente pelo mundo externo (cor, som etc.), os sentidos internos causados parcialmente pelo próprio corpo (dor, fome etc.) e os sentimentos que são causados inicialmente pela alma, mas mantidos ou reforçados pelo corpo (felicidade, tristeza etc.). No artigo 30, Descartes conclui que “a alma está verdadeiramente unida ao corpo todo” (AT XI, p. 351, l. 4-6), ao explicar que o funcionamento dos sentimentos deve ocorrer na situação de união de ambas as substâncias.

A causa a que essas explicações se referem é a causa *secundum fieri* (AT VII, p. 369, l. 14-25), ou aquela da modificação das coisas existentes. Contudo, pode-se inferir que para que uma interação entre a alma e o corpo envolvida na união, o pressuposto ontológico é que as duas substâncias, a extensa e a pensante, existam e estejam unidas uma à outra. Nesse caso, a união seria a causa *secundum esse* dessas emoções, e a noção primitiva da união a ideia primeira na série de causas que dão existência a cada sentimento.

Na *Segunda Parte* e na *Terceira Parte* das *Paixões*, Descartes enumera e reconhece seis paixões primitivas que funcionam como os gêneros superiores de sentimentos a partir dos quais os demais são formados.

Mas o número das que são simples e primitivas não é muito grande. Pois, passando em revista todas as que enumerei, pode-se facilmente notar que há apenas seis [...] e todas as outras compõem-se de algumas dessas seis, ou então são suas espécies. (AT XI, p. 380, l. 1-14)

Após haver explicado as seis paixões primitivas, que são como os gêneros de que todas as outras constituem espécies, observarei aqui sucintamente o que há de particular em cada uma dessas outras. (AT XI, p. 443, l. 7-10, grifo nosso)

Nesses dois fragmentos há a reprodução simétrica do raciocínio encontrado na correspondência e nas *Meditações*. Há noções primitivas que operam como gêneros de coisas subalternas. No texto em discussão ele usa a palavra ‘espécie’ para

referir-se a elementos criados a partir dos primitivos. Mas eles estão em relações do mesmo tipo: os sentimentos primitivos são padrões a partir dos quais os demais sentimentos específicos são originados. Entretanto, há uma diferença com as noções primitivas porque as paixões primitivas não são tipos de 'primeira ideia'. Elas estão em um ponto mais avançado da série causal: as duas substâncias unidas são a realidade formal que causa a realidade objetiva da noção primitiva de união, a qual é a causa dos seis sentimentos primitivos e assim por diante.

Logo, o termo é empregado de forma consistente e homogêneo no sistema cartesiano que, a partir de uma análise sistemática de seu trabalho, ajuda a sustentar o argumento segundo o qual o gênero tem um papel classificatório conforme um critério ontológico, isto é, gêneros são tipos de naturezas substanciais.

5. Conclusão

Se a suposição acerca da influência de Elisabeth estiver correta, a alteração da edição francesa das *Meditações* foi motivada pela mesma razão que induziu Descartes a classificar as noções primitivas de acordo com os gêneros de substâncias na correspondência com a filósofa.

Nesse sentido, a palavra 'gênero' ligada à noção série causal é uma forma de expressar o par conceitual central da filosofia cartesiana interpretada sob o primado da ontologia: a ordem da série causal e a substância que lhe dá origem. Essa correlação conceitual é o elemento homogêneo do sistema cartesiano, isto é, repete-se em várias instâncias da apresentação ontologia cartesiana – nas *Objecções* e nos *Princípios*. Essa terminologia é reproduzida com sentido simétrico nas *Paixões* ao expressar uma hierarquia causal entre os sentimentos primitivos e os demais sentimentos subalternos.

Ainda que a motivação para a alteração fosse outra, a perspectiva arquitetônica apreciada a partir do texto de Guérout (2007) dá razões lógicas para entender que todos os textos analisados fazem parte de uma unidade racional, mesmo nas traduções em que não há evidências históricas decisivas para provar – ou falsear – que o texto foi revisto ou redigido por Descartes. Assim, sob uma lógica filosófica, justifica-se a leitura da *Terceira Meditação* considerando a adição do termo 'gênero' como confirmação da interpretação segundo a qual a causa deve ser da mesma natureza que o efeito. Em outras palavras, a causa da realidade objetiva de uma ideia, no final da ordem da série causal, deve ser uma realidade formal; a relação causal *secundum esse* entre a realidade formal e a realidade objetiva da primeira ideia, ou noção primitiva, só poderá ser justificada se ambas, além de possuírem ao menos o mesmo grau de realidade, forem do mesmo gênero de ser.

Referências

- Angarita Cáceres, R. G. (2023). El discurso del método o el discurso de los métodos. *Revista Filosofía UIS*, 22(1), 17-36. <https://doi.org/10.18273/revfil.v22n1-2023001>
- Blanchet, L. de F. R. (2021a). A função do conceito de causa eminente no §23 da 3ª Meditação. *Ipseitas*, 7(1), 48-61. https://www.revistaipseitas.ufscar.br/index.php/ipseitas/article/view/425/pdf_194
- Blanchet, L. de F. R. (2021b). O Princípio Da Causa Da Criação Aplicado À Teoria Das Ideias De Descartes. *Síntese - Revista De Filosofia*, 48(152), 625-648. <https://doi.org/10.20911/21769389v48n152p625/2021>
- Coelho, R. T. (2020). Descartes e Elisabeth: O Problema das Ações Voluntárias. *Cadernos Espinosanos*, (43), 399-427. <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9012.espinosa.2020.172937>
- Descartes, R. (1905-1911). *Oeuvres de Descartes* (12 Vols.), (C. Adam & P. Tannery, eds.). Leopold Clerf Editeur.
- Descartes, R. (1977). *Règles Utiles et Claires pour la Direction de l'esprit en la Recherche de la Vérité*. (J.L. Marion, trad.). Nijhoff.
- Descartes, R. (1983). *Os Pensadores: Descartes* (3ª ed.). (B. Prado Junior & J. Guinsburg, trads.). Abril Cultural.
- Descartes, R. (1985) *The Philosophical Writings of Descartes* (3 Vols.). (J. Cottingham, R. Sothoffe & D. Murdoch, trads.). Cambridge University Press.
- Descartes, R. (1989). *Regras para a Direção do Espírito*. (J. Gama, trad.). Edições 70.
- Descartes, R. (1992). *Méditations Métaphysiques Objections et Réponses*. (J.M. Beysade & M. Beysade, trads.). Flammarion.
- Descartes, R. (1998). Dos Princípios de Filosofia Primeira Parte sobre os Princípios do Conhecimento Humano (G. A. Almeida, trad.). *Revista Analytica*, 3(2), 76-99. <https://revistas.ufrj.br/index.php/analytica/article/view/431/388>

- Descartes, R. (2004). *Meditações sobre Filosofia Primeira*. (F. Castilho, trad.). Editora Unicamp.
- Elisabeth & Descartes, R. (2007). *The Correspondence Between Princess Elisabeth of Bohemia and René Descartes*. (L. Shapiro, trad.). University of Chicago Press.
- Gaukroger, S. (1980). Descartes' Project for a Mathematical Physics. In S. Gaukroger (ed.), *Descartes Philosophy, Mathematics and Physics*, (pp. 97-140). The Harvester Press.
- Gilson, E. (1964). *Index Scolastico-Cartésien*. Burt Franklin.
- Guérault, M. (2007). Lógica, Arquitetônica e Estruturas Constitutivas dos Sistemas Filosóficos (P. J. Almeida, trad.). *Trans/Form/Ação*, 30(1), 235-246. <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/944>
- Jesus, P. B. M. (2017). Correspondência entre Descartes e a Princesa Elisabete. Cartas sobre a União Substancial. *Discurso*, 47(2), 193-203. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2017.141440>
- Kant, I. (2001). *Crítica da Razão Pura* (5ª ed.). (M. P. dos Santos & A. F. Morujão, trad.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Landim Filho, R. (1992). *Evidência e Verdade no Sistema Cartesiano*. Edições Loyola.
- Marion, J. L. (1975). *Sobre a Ontologia Cinzenta de Descartes - Ciência Cartesiana e Saber Aristotélico nas Regulae*. (A. P. Silva & T. Cardoso, trad.). Instituto Piaget.
- O'Neill, E. (1987). Mind-Body Interaction and Metaphysical Consistency: A Defense of Descartes. *Journal of The History of Philosophy*, 25(2), 227-245. <https://muse.jhu.edu/article/226712/pdf>
- Oliveira, F. P. (2017). Notas sobre o princípio de causalidade na Terceira Meditação de Descartes. *Unisinos Journal of Philosophy*, 18(1), 12-17. <https://doi.org/10.4013/fsu.2017.181.02>
- Radner, D. (1985). Is There a Problem of Cartesian Interaction. *Journal of The History of Philosophy*, 23(1), 35-49. <https://muse.jhu.edu/article/226898>

Ramos, C. Da S. (2020, Outubro 22). Elisabeth da Bohemia: Epistolografia e Escrita de Filósofas Mulheres. *Enciclopédia Mulheres na Filosofia*. <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/elisabeth-da-bohemia-epistolografia/>

Rocha, E. M. (2011). Ideias, Juízos e Verdades nas Meditações de Descartes. Em E. M. Rocha & L. Levy L. (eds.), *Estudos de Filosofia Moderna* (pp. 57-80). Linus Editores.

Schmaltz, T. M. (2008). *Descartes On Causation*. Oxford University Press.